

Narrativas políticas sobre o Nordeste do Brasil durante a Guerra Fria: dos documentos diplomáticos estadunidenses à imprensa brasileira (1960-1964)

Pedro Carvalho Oliveira

Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná - Brasil
pedro@getempo.org

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a importância do Nordeste brasileiro para os Estados Unidos no início dos anos 1960, momento de intensificação da Guerra Fria no Ocidente. A diplomacia estadunidense via o Nordeste como região propensa a levantes revolucionários, uma vez que o contexto vivido pelos trabalhadores rurais, alguns organizados em torno das populares Ligas Camponesas, em muito se assemelhava ao de Cuba pouco antes da revolução de 1959. Ao mesmo tempo, a imprensa brasileira se dedicou a transmitir à nação a mesma imagem do Nordeste. Por meio de uma análise dos registros produzidos pelos consulados brasileiros e de uma longa reportagem feita pela revista *O Cruzeiro* em 1962, buscaremos perceber a importância de ambas as narrativas para a estabilização da hegemonia estadunidense no hemisfério.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA. Nordeste. Guerra Fria.

Introdução

Após uma visita que durou quatro dias e meio, o correspondente do *The New York Times* Tad Szulc, geralmente enviado para cobrir os acontecimentos mais importantes da América do Sul, deixou Pernambuco com sua esposa e retornou aos Estados Unidos em outubro de 1960. Sua estadia em Recife instigou nele a necessidade de escrever uma série de matérias para o diário, nas quais relataria sua visita ao Engenho Galileia e seu contato com as Ligas Camponesas, a influência das lideranças comunistas no Nordeste, a ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de seu chefe, Celso Furtado, sua entrevista com o governador Cid Sampaio, entre outras coisas.

Os relatos de Szulc, além de apelarem ao exotismo tradicional a narrativas sobre o Nordeste brasileiro, especialmente quando o foco eram as regiões rurais, provocaram em seus leitores um medo profundo por suas descrições emocionadas. Seu público, os

estadunidenses envoltos pelas sombras da Guerra Fria, descobriram a pobreza do Nordeste brasileiro, como ela irrigava movimentos “subversivos” e como ali estava o palco de uma provável reencenação dos episódios há pouco ocorridos em Cuba, quando a revolução liderada por Fidel Castro destituiu Fulgencio Batista e começava a dar indícios de caminhar em direção a um alinhamento com a União Soviética, o que de fato ocorrera pouco tempo depois. Para o jornalista, era evidente que o Nordeste brasileiro, convalescendo de tanta pobreza, de um sistema produtivo superado e de uma dinâmica sóciopolítica ultrapassada, era, mais do que qualquer outra, zona propícia à eclosão de levantes capazes de motorizar o “perigo vermelho” no hemisfério.

As matérias de Szulc levaram luz a um problema já detectado pela inteligência estadunidense, como relata um documento recentemente desclassificado pela *Central Intelligence Agency* (CIA). Elas foram fundamentais para traduzir a um público mais amplo a linguagem técnica das investigações feitas tanto pela CIA, quanto pelos consulados estadunidenses espalhados pelo Brasil. Aqui não foi diferente: os grupos sociais dirigentes (na economia, na sociedade, na política) não mediram esforços para mostrar à população, por meio de seus instrumentos – principalmente a imprensa –, um Nordeste análogo a Cuba, análogo ao mostrado pelos documentos destinados ao *Department of State*.

Onde reside a intersecção entre a narrativa diplomática dos EUA e a narrativa da imprensa brasileira sobre o Nordeste no início dos anos 1960? E mais: por que ela existia? Tendo em vista as respostas pertinentes a estes questionamentos, nos debruçaremos sobre amostras dos dois tipos de narrativa para formularmos uma própria, que seja capaz de explicar a correlação de forças entre os EUA e as elites brasileiras, como seus interesses se imbricavam neste processo e como eles podem oferecer um norte para compreendermos a busca dos EUA em reforçar sua hegemonia sobre a América Latina.

Entenderemos como hegemonia o conceito defendido por Antonio Gramsci (1999), a respeito do qual discutiremos de forma mais detalhada posteriormente. Este conceito irá nos guiar pela leitura de documentos diplomáticos produzidos pelos EUA e seus consulados no Brasil entre 1960 e 1964, especialmente em Recife, sobre a situação do Nordeste como potencial zona de ampliação da influência soviética no contexto da Guerra Fria, bem como entre as linhas publicadas pela revista *O Cruzeiro* em julho de 1962 a respeito do mesmo tema. Nosso objetivo é identificar como as duas narrativas

possuem objetivos semelhantes e diferentes, mas ambos reforçam a posição hegemônica internacional dos EUA e a dependência brasileira em relação a ela.

A Revolução Cubana de 1959 como fator de estremecimento da hegemonia estadunidense

Quando em 1959 o movimento revolucionário cubano encerrou a ditadura de Fulgencio Batista, estabelecendo um novo governo que logo depois se alinhou à URSS, os EUA observaram não apenas a ruína da aliança com um território economicamente útil, mas também o estremecimento de sua influência e protagonismo nas Américas. A histórica exploração estadunidense sobre os países da América Latina, que inclusive estimulou o nacionalismo dos revolucionários cubanos, sofria uma perda que abria espaço para o avanço de seu maior inimigo desde o final dos anos 1940: o bloco socialista.

O que teria levado Cuba à revolução e à aliança com a URSS?, se questionavam os EUA. Dentre diversos fatores, dois deles se tornaram claros ao ponto de nortear suas relações com outros países da América Latina: a pobreza extrema e o atraso no desenvolvimento produtivo em relação a outras nações ocidentais. Era necessário, então, assistir estes países para que, primeiro, eles tivessem condições de implementar projetos que reduzissem as disparidades sociais e, segundo, de alavancar seu desenvolvimento e sua inserção na dinâmica do capitalismo global. Assim, supunham os estadunidenses, o socialismo seria evitado e a influência da visão de mundo estadunidense se ampliaria.

Ocorria que após a Segunda Guerra Mundial e a ampla difusão do problemático conceito de totalitarismo, intervir militarmente em países nos quais o termômetro das tensões sociais indicavam possibilidades de avanço soviético havia se tornado uma opção menos viável. Chegar às nações ameaçadas pela pobreza e o subdesenvolvimento sobre os quais pairavam movimentos revolucionários necessitava um método diferente. Um dos resultados disso foi a gestação da “teoria da modernização”, defendida por nomes como W. W. Rostow e C. E. Black, que a definiram como “o processo pelo qual instituições historicamente desenvolvidas são adaptadas às rápidas mudanças de funções que refletem o crescimento sem precedentes do conhecimento humano, permitindo o controle sobre seu ambiente”. Com isso, teóricos e cientistas sociais “situaram democracias ocidentais, capitalistas e industrializadas, e os Estados Unidos em particular, no ápice da escala histórica e utilizaram estes modelos como ponto ao qual sociedades menos modernas devem se aproximar” (LATHAM, 2000, p. 04). Ou seja, segundo essa teoria era obrigação dos países mais desenvolvidos auxiliarem no

desenvolvimento dos menos desenvolvidos para que estes chegassem o mais perto possível daqueles. Esta teoria surge convenientemente num momento no qual a URSS estava determinada a “se lançar às periferias subdesenvolvidas, destruir a credibilidade internacional dos EUA e minar os sistemas políticos e alianças econômicas que seu antagonista tentasse estabelecer” (LATHAM 2000, p. 02).

Um dos meios que pareciam mais eficazes para colocar em prática este processo de modernização era a ajuda econômica. Nesse sentido, entrou em cena a Aliança Para o Progresso (APP), um projeto estadunidense que objetivava, às vistas do mundo, cooperar com o desenvolvimento dos países latino-americanos em troca de resultados positivos em crescimentos estruturais, industriais, econômicos, educacionais, entre outras coisas que reduzissem a pobreza e o atraso. Diferente dos países europeus que receberam o apoio do Plano Marshall para a sua reconstrução no pós-guerra, os países da região nunca se desenvolveram ao ponto de necessitarem apenas de recursos que os recuperassem; era necessário ir além. Por trás da aparente benevolência da APP estavam suas reais intenções: impedir que o “problema cubano” se repetisse em outros países próximos, onde havia bons mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas.

Após não conseguir quórum suficiente entre os países da Organização dos Estados Americanos (OEA) para aplicar a Cuba as punições que desejava, os EUA modificaram sua estratégia. A Conferência de Punta Del Este em 1962 frustrou o desejo do “Grande Irmão do Norte” de intervir mais incisivamente sobre a ilha caribenha, não encontrando em alguns dos seus parceiros, inclusive o Brasil, o respaldo desejado. San Tiago Dantas, então ministro das relações exteriores, justificou a abstenção do voto em apoio aos EUA por acreditar que tais sanções mais estimulariam revoltas do que as impediriam (NETO, 2005). Sua abstenção era também um exemplo prático da Política Externa Independente (PEI) iniciada ainda sob o governo Jânio Quadros, que desestimulava o Brasil a se posicionar de maneira fechada a qualquer um dos blocos antagonistas da Guerra Fria.

A premissa da APP era regida pela ideia de que “promovendo a democracia e a governança efetiva (...) seria mais provável que o desenvolvimento econômico ocorresse”, seguindo um caminho que contornasse a intervenção bélica (especialmente após o fracasso da invasão à Baía dos Porcos), mas que não oprimisse este tipo de intervenção por poderes locais, “terceirizando” a intervenção. Em realidade, os EUA estavam usando ajuda econômica “para garantir que a América Latina se desenvolvesse num sentido que garantisse o fortalecimento de políticos pró-EUA e criasse condições econômicas que

limitassem o apelo de forças anti-EUA e pró-comunistas” (TAFFET, 2007, p. 02). O próprio embaixador Lincoln Gordon (1962), peça chave no *lobby* estadunidense para fortalecer a imagem da APP no Brasil, disse que defender o projeto era defender uma visão de mundo historicamente compartilhada por todos os países americanos, como se eles fossem parte de um só corpo. Sublinhada a esta perspectiva estava a imagem dos EUA como o cérebro.

Fred A. Orleans, empresário e membro da *American Legion*, declarou em colunas escritas para a imprensa estadunidense que o socorro financeiro devia ser priorizado como a política dos EUA capaz de fortalecer países estrangeiros amigáveis, “encorajando entre eles o desenvolvimento de suas instituições de economia livre e capacidades produtivas, minimizando ou eliminando barreiras para o fluxo de investimento de capital privado”, sintetizando o espírito da APP: defender nas Américas os sustentáculos liberais. Fazer isso, no entanto, se mostrou mais difícil do que parecia em um país como o Brasil, tomado por sucessivas crises políticas e vivendo um momento de efervescência social. O nosso Nordeste foi visto como uma região ainda mais problemática.

Foi por esta região que uma nova onda de anticomunismo penetrou no Brasil, impactada com a ascensão de Fidel Castro ao poder. Com isso, não só a América Latina havia sido arremessada em direção à Guerra Fria, mas suas elites trataram novamente de adotar medidas extremas para combater qualquer possibilidade de impacto comunista. No Brasil, a paranóia ganhou proporções enormes e seus efeitos podem ser atestados nos documentos sobre os quais estamos nos debruçando neste trabalho. Havia ainda no Brasil uma tendência ao crescimento das organizações de esquerda, propiciado pelo arrefecimento do populismo dos anos 1950 e um vigoroso anticomunismo, difundido desde o início dos anos 1900, reforçado pelo varguismo dos anos 1930 e rechaçado pelo breve governo de Eurico Gaspar Dutra a partir de 1945 (MOTTA, 2002).

O Nordeste do Brasil sob a Aliança Para o Progresso: a narrativa diplomática

Para o consulado dos EUA em Recife, Pernambuco era, desde 1960, a “capital do comunismo no Nordeste”. Talvez por essa razão, entre 1961 e fins de 1963 os EUA desembolsaram um montante de um milhão de dólares (equivalente a quase dois milhões de cruzeiros) somente para projetos de desenvolvimento criados no estado de Pernambuco, além de um empréstimo de 3.450.000 dólares, valores que deveriam ser

investidos (não significando que de fato foram) na construção de escolas, no abastecimento de água, no combate à fome, em subprojetos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre outras coisas. Investir em Pernambuco e no Nordeste era investir contra a URSS e a favor dos próprios EUA (PAGE, 1972).

Havia também um consenso entre os coordenadores da APP, a exemplo de Teodoro Moscoso, de que a postura do projeto frente ao Brasil era complexa. Nesta narrativa foi dito que tal complexidade ocorria devido à situação especial na qual se encontrava o Nordeste, a maior área de extrema pobreza na América Latina (23 milhões de pessoas, renda per-capita abaixo de 100 dólares). Além do mais, apesar de um crescimento econômico razoável e das boas relações com o Brasil, isso estaria mudando com o governo João Goulart e suas políticas que afastavam os investimentos privados estrangeiros do país, o que poderia gerar um déficit em sua economia. Moscoso acusou Jango de possuir tendências estatizantes que sinalizavam uma simpatia em relação ao bloco soviético, associação comum a uma época de tensões tão agudas. A ênfase do governo na possibilidade de executar as reformas de base também causava preocupação nos EUA em sintonia com as dirigências locais. Apesar disso, Jango demonstrou ímpeto em colaborar com a APP, ao menos até certo momento mas nunca satisfatoriamente.

Porém, o Nordeste do Brasil era diferente e ocupava uma posição singular na estratégia da APP. Mais ainda a capital de Pernambuco, Recife, onde se instalariam os primeiros grupos de trabalho em conjunto da *United States Agency for International Development* (USAID, órgão auxiliar para a APP) e da SUDENE que deveriam esboçar e iniciar o desenvolvimento dos projetos requeridos pela APP para o financiamento necessário. Pernambuco era visto como maior exemplo da ameaça “subversiva” capaz de abrir as portas do Brasil para Moscou, segundo a narrativa diplomática estadunidense.

Um dos maiores motivos para esta crença resultava da ação das Ligas Camponesas do estado. Os trabalhadores rurais do Nordeste, talvez mais do que em outras partes do Brasil, viviam sob um sistema de trabalho análogo ao servil, aquele reinante durante o feudalismo. Dizemos que no Nordeste isto pode ter sido mais evidente porque a região, berço do país, foi a primeira a ser colonizada por portugueses ainda submetidos ao fechamento da metrópole à Europa e, portanto, isolados dos avanços modernizadores do mercantilismo (CASTRO, 1967). Esta lógica persistiu na região e demorou para ser derrubada.

Tal lógica coexistia com o paternalismo. Desde a colonização, os poderes locais, ou seja, aqueles estabelecidos pelos colonos que eram responsáveis pela efetivação da

ocupação do espaço geográfico e político do Brasil, ganharam e mediram forças com o poder metropolitano. Esta disputa levou a um certo enfraquecimento do poder central, sendo necessário a ele barganhar sua legitimidade com os poderes regionais da colônia. Esse sistema perdurou mesmo após a independência e a proclamação da República, alterando apenas a posição do poder de além-mar para o próprio território nacional. Marcel Bursztyn (1984, p. 20) reforça ainda que:

Encontramos, lado a lado, ao longo da história política do Brasil, o Estado centralizador e os caciques locais. O primeiro sempre foi marcado por seu caráter autoritário-paternalista; o segundo, que repete ao nível local o mesmo duplo caráter do Estado, assume a forma de patriarcalismo. A família do senhor de terras torna-se o núcleo central da sociedade rural da colônia. Seu chefe, o patriarca, exerce uma tirania ao nível local similar à do Estado sobre a Nação. E essa tirania, como no caso do Estado, é atenuada pelo seu paternalismo, aspecto moderador de seu duplo caráter.

O Nordeste brasileiro dos anos 1960 vivia ainda o esfacelamento da tradicional sociedade engendrada pelo engenho, pelo servilismo, pelo paternalismo e por um sistema produtivo já preterido pelo da indústria, do trabalho assalariado, do capitalismo moderno incorporada pelo chamado Centro-Sul. No entanto, suas elites tentavam garantir a todo custo a manutenção de sua autonomia em nível regional e de seu poder diante do governo central. A SUDENE, em 1961, surge como primeiro mecanismo sistemático de intervenção planejada no Nordeste depois do fracasso de algumas iniciativas tomadas pelo poder central para agir na região. As condições do seu surgimento envolvem “a sedimentação da hegemonia econômica do Centro-Sul industrializado” que “exigia” a inserção econômica do espaço social nordestino. E tal integração deveria, em tese, passar por cima do cadáver das oligarquias locais do Nordeste” (BURSZTYN, 1984, p. 23).

A função principal da SUDENE, frágil frente ao poder das oligarquias locais e sua inflamada paixão pela propriedade fundiária, era de fato evitar o choque entre os movimentos populares do campo a exemplo das Ligas Camponesas e os latifundiários, integrando também, mesmo de forma subordinada, a estrutura econômica do Nordeste à nova divisão do trabalho, gerida pela burguesia industrial centralizada no Centro-Sul. Ao mesmo tempo, se tornou um mecanismo para que as relações políticas clientelistas permanecessem mesmo com a ruína de uma antiga indústria, defasada pela modernização. O discurso assistencialista se tornou chave aos parlamentares nordestinos para a manutenção do *status quo* das elites regionais, desinteressadas no repasse de verbas e na participação política popular sugerida pela SUDENE (CASTRO, 1992).

Eis um fato importante de ser destacado: a perda de prestígio das elites agrárias nordestinas para as elites industriais do Centro-Sul, nova morada do poder central,

resultou em ressentimento pela perda de poder e na criação de uma imagem específica do Nordeste, aquela na qual imperava a fome, a miséria e a violência. Surgia com veemência o Nordeste da seca, da morte prematura, do trabalho penoso. Nesse sentido, a busca por recursos para sanar a seca e outros males comuns à região junto ao poder central, desdobra-se “naturalmente na atribuição de responsabilidade à União para com o Nordeste e, conseqüentemente, no suposto de que as soluções dos problemas regionais escapam à vontade da sua elite” (CASTRO, 1992, p. 197). As elites nordestinas necessitavam, por um lado, se isentar da culpa pelos problemas da região e, por outro, barganhar com o poder central o seu próprio poder e dinheiro para mantê-lo.

É nessa conjuntura que as Ligas Camponesas despontam como protagonistas nas lutas camponesas pela abolição do servilismo, por trabalho digno e terras para a subsistência e o comércio familiar. Em Pernambuco, foi em torno do Engenho Galileia que as Ligas se formaram. Além de levar receios à ordem estabelecida favorável aos latifundiários, o movimento e sua forte inclinação à luta por reforma agrária expunham feridas nacionais mais amplas, colocando sobre a mesa a penúria vivida pelos homens e mulheres do campo. Na Paraíba, o movimento das Ligas também ganhava contornos de intensificação. Em Formoso e Trombas, no norte de Goiás, os camponeses ampliavam a rebelião (CUNHA, 2007). Porém, as Ligas exprimiam um temor que ultrapassava o cerco das elites nordestinas naquele começo de década.

Em junho de 1962, estava claro para a CIA que Pernambuco alojava o maior contingente de trabalhadores rurais associados às Ligas, supostamente fundadas por “comunistas agitadores” e, naquele momento, dominada de forma quase hipnótica por simpatizantes do castrismo. Um deles seria Francisco Julião, deputado federal e advogado do movimento camponês, supostamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e próximo a Cuba, personagem fortemente visado pelos estadunidenses. Para os diplomatas, ele era peça chave na direção das Ligas em um sentido favorável à URSS, além de ter a simpatia do então presidente João Goulart.

Outros políticos locais foram acusados de estarem a serviço do comunismo. Um memorando datado de fevereiro de 1963 tece comentários sobre Miguel Arraes, eleito governador do estado com a ajuda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Jango e do PCB. Segundo o que está escrito, Arraes teria declarado negar a assistência estadunidense para o desenvolvimento do estado, além de ter posicionado comunistas e “esquerdistas” em cargos importantes dentro do governo. Apesar disso, o autor do

memorando não acreditava que Arraes fosse um comunista, embora parecesse cooperar com eles.

O documento comenta ainda que os políticos brasileiros raramente demonstravam apoio aberto ao comunismo naquele período, pois isso não era muito bem visto no país. Aparecia mais como um recurso oportunista e estratégico dentro da arena política. Ainda segundo o documento, Lincoln Gordon teria afirmado que Arraes poderia sim se tornar um aliado, mesmo com suas declarações contrárias à APP. Comenta ser necessário encontrar o governador pessoalmente para dissuadi-lo quanto às suas impressões sobre o projeto, impressões estas que viam a APP como mais uma estratégia imperialista.

Outros políticos, no entanto, entendiam a APP como uma boa oportunidade de obter recursos na ausência de auxílio do governo federal ou mesmo como forma de se aproximar do desejo dos EUA em investir em seus estados e cidades, ajudando a potência a engrandecer seus espaços de influência. Cid Sampaio, que governou Pernambuco antes de Arraes, pediu montantes consideráveis aos EUA para barrar movimentos de esquerda como o das Ligas antes de se preocupar em pedir socorro para o desenvolvimento econômico do estado. Talvez assim o auxílio fosse agilizado, uma vez que a questão ameaçava o potencial poder de expansão da influência estadunidense, preocupação maior do que o desenvolvimento de outros países.

Quando as Ligas não eram barradas por meio da intervenção econômica, o resultado era sempre a violência, segundo a narrativa diplomática. Em 1962 uma criança teria sido assassinada por jagunços de uma fazenda em Surubim, Pernambuco, que dispararam em direção a uma reunião do movimento camponês na cidade. A imprensa local disse que os tiros partiram primeiro dos camponeses, mas Eugene Delgado Arias, do consulado em Recife, se referiu ao episódio como “mais recente ilustração das convicções de alguns proprietários de terra que sugerem a violência como forma efetiva de deter as Ligas Camponesas e seus objetivos”, deixando claro que visão ele aceitou como verdadeira. Para os EUA, era necessário, ao menos a princípio, afastar a violência como solução e insistir no investimento econômico.

Isso resultaria na arbitrariedade estadunidense em suas relações com governos estaduais e municipais brasileiros em torno de 1963, quando a situação política do Brasil se aprofundava em uma crise singular e Jango dava indícios de uma guinada à esquerda, afastando os EUA do espectro das alianças possíveis. A APP e a administração de John F. Kennedy ignoraram a necessária ponte feita pelo governo federal para a entrada de

investimentos estrangeiros no Brasil, assumindo o risco de negociar diretamente com políticos pró-EUA, as chamadas “ilhas de sanidade” segundo o jargão do embaixador Lincoln Gordon (FICO, 2008).

É fundamental salientarmos que as elites políticas nordestinas – por vezes parte constituinte das elites econômicas regionais – ocuparam um papel importante na investidura da APP, por vezes desejando o projeto, por vezes rejeitando-o a depender do quão se aproximavam ou se distanciavam da visão de mundo estadunidense a ser reforçada pela Aliança. De modo geral, elas usavam os recursos tanto para manter uma relação que obrigava os EUA e exercerem um tipo de paternalismo aparentemente rejeitado pelo poder central que, segundo Cid Sampaio, havia preterido o Nordeste a estados mais bem desenvolvidos como Rio de Janeiro e São Paulo, quanto para se ajustarem a uma ordem internacional interessante ao bloco capitalista.

A CIA havia deixado expresso, desde 1960, que o Nordeste brasileiro, a começar por Pernambuco, estava subjugado por duas frentes de agitação: uma comandada por políticos como Francisco Julião e Miguel Arraes; outra, conduzida pela atuação das Ligas Camponesas. O único meio de encerrar a chance de um perigo maior para as elites locais e os interesses dos EUA era, inicialmente, o investimento econômico. A situação exigia dos EUA atenção e dedicação, inclusive não medindo esforços para agradar as elites nordestinas e sufocar o movimento campesino sem sujar as próprias mãos. Para isso, era fundamental criar um consenso de que o perigo oferecido pelos comunistas era muito maior.

Não eram somente as elites nordestinas as interessadas nisto. As elites nacionais como um todo, dotadas de meios importante para a difusão da ideia de que o Brasil, a começar pelo Nordeste, estava infectado pelo desejo de “subversão”, se engajaram na disputa pelas narrativas que ressoavam a tradução de Tad Szulc sobre os episódios políticos brasileiros mencionada no início deste artigo, destacavam a necessária intervenção das forças federais e construía uma imagem específica do Nordeste. O caso da matéria “Nordeste: sinal vermelho”, publicada pela revista *O Cruzeiro*, ilustra bem isso.

O Nordeste se tornaria uma nova Cuba?: a narrativa da imprensa

A revista *O Cruzeiro* se tornou um dos periódicos mais importantes e influentes do século XX no Brasil. De 1928 a 1975, publicou semanalmente números que

ilustravam acontecimentos e tendências culturais, esportivas, cinematográficas, entre outras temáticas. Foi um dos primeiros meios de comunicação impresso a contribuir para a difusão do fotojornalismo, filão que ajudou a disseminar pelo país. Se empenhava em estabelecer um novo padrão de comunicação, abusando da estética moderna e da linguagem imagética. A variedade dos assuntos abordados na revista editada pelos Diários Associados, do megaempresário das comunicações Assis Chateaubriand, abria espaço para um sem número de possibilidades.

O cearense Glauco Carneiro era um dos jornalistas da revista em 1962. Foi ele o autor da matéria “Nordeste: sinal vermelho”, publicada em julho daquele mesmo ano, num momento em que os esforços da APP para conseguir legitimidade e apoio no Brasil, mais ainda no Nordeste, eram vorazes. No mesmo ano, Lincoln Gordon lançou seu livro *O progresso pela Aliança* (1962) com a proposta de impulsionar a simpatia dos brasileiros quanto ao projeto ainda timidamente aceito. O título da matéria usava o termo “vermelho” para dar duplo sentido à frase: se referia à simbologia da cor nos semáforos e ao comunismo. Dizia, de forma entrelinhada, que o Nordeste estava estático diante do poder soviético.

Na outra capa, podemos ler: “Pernambuco: democracia em pânico”. Este subtítulo sugeria o estado como foco da análise de Carneiro e a existência de uma ameaça à democracia ali existente, provocada pela “subversão”. Logo abaixo dele, lemos um resumo do que virá nas próximas páginas:

Por fôrça da miséria do meio, propícia à difusão das ideias marxistas-leninistas, Pernambuco sempre teve uma extrema-esquerda atuante, que, acolhida, professada e discutida em tôdas as rodas, nunca encontrou grandes embaraços à sua ação, embora o comunismo esteja na ilegalidade. A 7 de outubro, o PC, provavelmente, encerrará a luta de 40 anos contra a democracia: Miguel Arraes deverá se tornar governador do estado, passando aos vermelhos o contrôle do bastião mais importante da defesa do Atlântico Sul e cubanizando o Nordeste.

Atentemos para duas declarações expressas acima. Primeiro, a de que Miguel Arraes provavelmente seria eleito governador no pleito de 1962 e passaria o comando do importante estado aos “vermelhos”. Segundo, a de que promoveria com isso a “cubanização” do Nordeste. A relação de causa e consequência de uma situação hipotética em relação à outra resultaria na conversão do Nordeste em uma nova Cuba, reforçando a imagem diplomática de que este era realmente um perigo iminente e de que existiam forças políticas profundamente dedicadas em fazer isto acontecer. A argumentação da matéria se abraça à argumentação diplomática e às premissas da “teoria da modernização”, da administração Kennedy e da APP.

Devemos interromper brevemente a linearidade de nossa análise para destacarmos que sincronicamente ao tipo de narrativa que em muito se equiparava à de Tad Szulc mencionada no início deste artigo, havia no Brasil uma tendência entre os meios de comunicação a tratar o perigo de uma revolução socialista brasileira como possível “cubanização” ou “fidelização”, processo este inspirado na Revolução Cubana e nas especificidades do regime de Fidel Castro. Evidentemente, esta mudança foi estimulada pelo recém ocorrido em Cuba, mas também por uma franca visão estadunidense de que a especificidade da revolução socialista latino-americana residia no poder de contágio atribuído ao castrismo. Este tipo de narrativa jornalística cria um novo “monstro”, particular e mais próximo do que a distante URSS (MOURA, 2004).

Voltando à revista *O Cruzeiro*, seguiam-se ataques a Francisco Julião, Fernando Correia e Germano Coelho, acusados de serem agitadores comunistas infiltrados em movimentos populares, de terem se aproveitado do fracasso das Ligas Camponesas enquanto movimentos pela democracia e de cooptarem trabalhadores rurais como massa de manobra para o comunismo internacional representado pela URSS. A revista afirma que, apesar disso, há movimentos – como os Sindicatos Rurais da Igreja – que assistiam os camponeses sem tirar qualquer proveito deles, aludindo para a importância da caridade e da hierarquia. O autor da matéria esquece que mesmo este tipo de instituição possuía intencionalidades específicas e particulares, não sendo organizações meramente filantrópicas para, com isso, enfatizar os perigos da “subversão”.

Ainda segundo a narrativa da revista, era necessário apostar todas as fichas no poder das Forças Armadas, mas: “não para impedir a posse de Arraes, pois, apesar das trágicas conseqüências dessa vitória, isto seria antidemocrático, e sim para reforçar o dispositivo de segurança militar que possa retardar pelo menos o controle da região pelos vermelhos”. Notemos que o autor da matéria tem cuidado em afirmar a importância da democracia, algo também estimulado no projeto da APP e pela narrativa diplomática ao menos até o momento em que respeitar as decisões internas de cada país se tornou inconveniente. Lincoln Gordon (1962, p. 31) já havia declarado que o que vinha de fora através da APP destinava-se a “suplementar os esforços latino-americanos e não substituí-los” de forma impositiva, o que cai por terra no Brasil depois do golpe de 1964, apoiado pelos EUA quando não mais enxergavam outra solução para a manutenção de sua hegemonia.

A edição da revista continua a mostrar como, ao contrário, o Nordeste do Brasil vivia sob a vigilância de outra pretensa hegemonia a se estabelecer: a soviética. Afirma

que a imprensa pernambucana estava tomada por “vermelhos” aptos a vigiar artigos publicados para, assim que identificassem indícios de defesa dos “princípios democráticos”, retirá-los dos periódicos, diários ou revistas. Tratava-se, portanto, de uma tentativa de controle da formação de opinião, das construções simbólicas e morais da sociedade pernambucana. Os comunistas estariam se infiltrando também nas repartições públicas, dentro das quais qualquer indivíduo que estivesse em desacordo com as visões de mundo socialistas, supostamente seriam entregues aos espiões conluídos com a URSS, o PCB, ou qualquer símbolo do comunismo.

Ao fim do texto, o que se conclui é que agentes comunistas estariam se aproveitando da fome e da miséria dos camponeses pobres para prometer-lhes o “paraíso na Terra”. Este “paraíso” chegaria por intermédio do socialismo, promotor da transição para o comunismo. Reforça-se a ideia de que os camponeses pobres eram indivíduos sem qualquer autonomia, força ou capacidade de fazer escolhas, estando sempre à deriva e sujeitos ao “voto de cabresto”, ao clientelismo típico da região Nordeste; ou seja, seriam produtos invariáveis de uma dinâmica secular a serem disputados em um “cabo de guerra” entre a democracia capitalista e o socialismo. Somente dando-lhes o necessário para arrefecer sua revolta, como oferecendo um osso a um cão bravo, era possível conter a revolta social. De fato, o socialismo perdeu espaço no Brasil sobretudo após 1964. A pobreza dos trabalhadores rurais, no entanto, permanece até hoje e é vista como moeda de troca por muitos políticos. Onde está a chave para entender este problema?

Hegemonias em disputa

Nas palavras de Antonio Gramsci (1999), hegemonia não é apenas o domínio, a superioridade de um sobre o outro, como estamos acostumados a definir. O conceito esclarece muito mais de que forma este domínio se exerce do que propriamente o seu estabelecimento. Segundo o pensador italiano, um grupo ou classe social se torna hegemônico ao passo em que consegue determinar o seu poder por meio de uma aliança equilibrada entre a coerção e o consenso. Ou seja, são hegemônicas as elites que conseguem manter uma sociedade sob suas diretrizes fazendo uso do Estado (sociedade civil, sociedade política) e de uma direção moral para tanto.

Por meio do Estado, os grupos dirigentes, as elites políticas em íntima proximidade com as elites econômicas e sociais, instrumentalizam a coerção dos chamados grupos subalternos, ou seja, aqueles que servirão para produzir e reproduzir

os meios de perpetuação desta dinâmica. Ao mesmo tempo, é necessário fazer com que estes grupos subalternos não apenas compreendam a necessidade dessa perpetuação, mas entrem em consenso quanto à sua importância, quanto à importância de repetirem incansavelmente suas atribuições na sociedade para que ela continue separada por grupos antagônicos.

Uma hegemonia existe quando os grupos dirigentes de uma sociedade conseguem, por meio de um pacto, isolar as forças que desejam encerrar esta dinâmica e, se possível, cooptá-las, fazê-las sentirem-se parte do mesmo bloco. Desta forma, as heterogeneidades sociais são suavizadas para que conflitos sejam evitados. Os grupos subalternos se conformam com sua posição e compreendem que tentar revertê-la é perigoso. Compreendem isso porque entendem o poder de coerção do Estado funcional às classes dirigentes e porque simbolicamente são levados a ver o patamar dos grupos dirigentes como um norte.

A dirigência moral é, para Gramsci (1999), fundamental nesse processo. A ideologia de uma sociedade é a ideologia de seus grupos dirigentes, nunca o contrário. E esta ideologia serve para fertilizar as hierarquias sociais, as posições e os rumos do país, comunidade ou associação. Esta ideologia corresponde à função histórica dos grupos dirigentes, nunca o contrário; interessa a eles a manutenção de suas posições estabelecidas e a garantia de que isso não será desfeito. A hegemonia é capaz de determinar os traços “específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos realizando com eles uma aliança” (GRUPPI, 1978, p. 59) que lute contra intervenções e agentes transformadores deste sistema.

Pensemos no caso das elites nordestinas. Havia entre elas um poder hegemônico estabelecido, ao menos regionalmente. Ora, o processo de conservação do poder político regional “desenvolve suas próprias regras, nem sempre articuladas com o poder econômico nacional; as elites regionais possuem seus próprios interesses, e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de preservá-los” (CASTRO, 1992, p. 18). Faz todo sentido: se a lógica da hegemonia é manter-se assim, que interesse teriam as elites de uma região no desenvolvimento dos mais pobres, sobretudo num sistema semifeudal como o nordestino nos anos 1960? Que bem faria aos grupos dirigentes iniciativas que melhorassem socialmente suas regiões, em detrimento de seu próprio enriquecimento?

As elites regionais possuem interesses determinados pelos territórios a partir dos quais entram em uma disputa política nacional. Estas elites dispõem dos meios de acelerar ou reduzir os processos de mudança social, pois possuem o poder de decisão a nível regional e, em certa medida, a nível nacional. No entanto, as elites regionais não formam um corpo independente dentro do panorama nacional, mas regionalmente amparadas por seus componentes particulares. Isto se desfaz em certa medida quando, por exemplo, as elites políticas nordestinas tendem a aceitar as verbas provenientes da APP e, depois, dos fundos de socorro econômico estadunidense sem o aval do governo federal. Tratou-se de um momento de desequilíbrio, de perda de força da hegemonia nacional, e de considerável crescimento da hegemonia dos grupos dirigentes nordestinos.

Por mais que esta hegemonia tenha se desenvolvido no espaço nacional, é preciso observarmos o seguinte: isto somente foi possível porque outra hegemonia, a nível internacional, tentava se estabilizar e se estabelecer. A APP, por exemplo, buscou reforçar as alianças estadunidenses no Brasil dando a sensação de autonomia para os grupos dirigentes brasileiros, mas em verdade definindo uma dependência que era interessante para as forças políticas hegemônicas dos dirigentes nordestinos porque, de forma ampla no ocidente, essas forças são as mesmas embora não desfrutem da mesma posição no espaço global. Seja no Nordeste ou em todo o Brasil, os grupos dirigentes lucram com o desenvolvimento dessas relações a ponto de sequer acharem necessário a contração de qualquer soberania internacional. Basta criar um equilíbrio que mantenha as forças antagônicas oprimidas e o povo recebendo o mínimo para que a dependência permaneça interessante. Assim, “as elites latino-americanas aproveitam privilégios e ascensão política como resultado de sua colaboração na defesa dos interesses dos EUA” (PEREZ JR., 1991, p. 103).

Além da APP, outro mecanismo para a criação de consenso em torno da necessidade de desenvolvimento do Nordeste, a fim de colocá-lo nos eixos das necessidades estadunidenses no contexto da Guerra Fria, foi o papel da imprensa em matérias como a realizada pela revista *O Cruzeiro*. Isto porque a imprensa brasileira era não apenas favorável à visão de mundo estadunidense, mas também composta por peças dos grupos dirigentes brasileiros, para os quais esta relação com os EUA era interessante. Num momento de disputas internacionais entre os EUA e a URSS, a fragilidade destas hegemonias obrigavam-nas a defender suas estruturas.

Assim, nós temos exemplos da coerção estadunidense estabelecida por um Estado sobre o outro, o Brasil, estimulando seu desenvolvimento econômico com a APP, mas em troca de facilidades para a expansão não somente dos negócios estadunidenses no hemisfério, mas da progressão de sua hegemonia, de sua dirigência hemisférica, de suas visões de mundo sobre ele; e um exemplo da busca por consenso sobre a necessidade dessa relação, emitida por meio da opinião pública, da imprensa, dos chamados aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999), aos quais os grupos dirigentes frequentemente recorrem.

Considerações finais

A sucessão de eventos ocorridos após a Revolução Cubana de 1959 fez emergir nos EUA um profundo medo de que outros países do Ocidente, em especial aqueles que poderiam servir de celeiro para matérias primas e como potenciais mercados para seus produtos, repetissem o episódio. Estava claro para a potência do Oeste que a pobreza, o subdesenvolvimento, as antigas estruturas fundiárias e o atraso econômico escancaravam as portas para a URSS, engajada em espalhar sua influência pelo mundo. Com isso, a América Latina era percebida como terreno fértil para a “subversão”. O Nordeste mais ainda. Era preciso agir.

A APP foi uma das fórmulas utilizadas para esta ação. Os EUA acreditavam que modernizar os países do hemisfério era não apenas uma obrigação moral, mas o remédio para a disseminação socialista. Havia falhado com Cuba, mas não pretendiam cometer o mesmo erro. O projeto barganhava com as nações latino-americanas sua fidelidade nos embates antagônicos da Guerra Fria, em troca do desenvolvimento canalizado pelo socorro financeiro. Porém, justificava este processo garantindo que apenas tentava salvaguardar os interesses destes países, não os do Tio Sam, uma falácia que caiu por terra quando após um determinado tempo seguir os protocolos da APP não parecia mais funcional, visto que os elementos de uma radicalização social pareciam crescer no Brasil.

A narrativa diplomática insistiu que era necessário investir no Brasil, no Nordeste principalmente, pois o dinheiro chegaria às dirigências e seria investido na infraestrutura das regiões mais afetadas pela pobreza. No entanto, ela deixava claro também como estes investimentos deveriam criar alianças, focos de poder e de defesa dos interesses estadunidenses, ao mesmo tempo em que garantia o poder e os interesses dos grupos dirigentes locais. Para estes grupos dirigentes do Nordeste, surgia uma

oportunidade de manutenção de sua própria hegemonia, de sua relativa independência e rebeldia quanto ao poder central, exceto em raras exceções.

O que não parecia ficar claro a estes grupos dirigentes era a sua posição de dependência diante dos EUA, que, por meio do engajamento em estabelecer sua hegemonia, encorajava as elites do Nordeste a pensarem que faziam parte do mesmo patamar que a dirigência estadunidense, a fim de empreender a consolidação de sua influência. A hegemonia estadunidense sobre o Brasil, e especificamente sobre as elites nordestinas, era uma meta que se buscou alcançar pelo consenso e pela coerção da suposta benevolência financeira, conjugando os interesses de ambas as classes dirigentes mas prevalecendo o bem estar imperativo das aspirações estadunidenses. Ao mesmo tempo, fez parte do tensionamento dessas relações o desejo das elites nordestinas tirarem o quanto fosse possível dos EUA em seu benefício.

Criar este consenso, o de que o Nordeste estava ameaçado e necessitava de intervenção, foi tarefa também da imprensa brasileira demonstrando como os interesses das elites se confundem e ganham reforço para a sua difusão. Foi necessário mostrar isso sob o ponto de vista dos grupos dirigentes, estes mesmos detentores dos meios de comunicação, traduzir sob jargões emocionados e inflamados toda a linguagem técnica antes discutida pelos diplomatas, pelos dirigentes nacionais ou internacionais, para fazer funcionar a impressão de que brasileiros e estadunidenses eram parte de um mesmo todo. Assim, os grupos dirigentes brasileiros e nordestinos desejavam proteger as estruturas que blindavam sua posição. Consequentemente, ajudavam a blindar as estruturas de poder estadunidense sobre o país. Os EUA não queriam, com a a APP, proteger o Nordeste; queria proteger a si mesmos.

POLITICAL NARRATIVES ON THE NORTHEAST OF BRAZIL DURING THE COLD WAR: FROM AMERICAN DIPLOMATIC DOCUMENTS TO THE BRAZILIAN PRESS (1960-1964)

Abstract: the present article aims to discuss the importance of the Brazilian Northeast to the United States in the early 1960s, a time of intensification of the Cold War in the West. US diplomacy saw the Northeast, as a region prone to revolutionary upheavals, since the context lived by rural workers, some organized around the popular Peasant Leagues, very much resembled that of Cuba shortly before the revolution of 1959. At the same time, the Brazilian press was dedicated to transmit to the nation the same image of the Northeast. Through an analysis of the records produced by the Brazilian consulates in Brazil and a long report made by the magazine *O Cruzeiro* in 1962, we will seek to understand the importance of both narratives for the stabilization of US hegemony in the hemisphere.

Keywords: Brazil-US relations. Northeast. Cold War.

Referências

- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- CUNHA, Paulo R. da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Fromoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GORDON, Lincoln. **O progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.
- GRAMSCI. **Cadernos do cárcere**: vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- LATHAM, Michael E. **Modernization as ideology: American social science and Nation Building in the Kennedy Era**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2000.
- MOURA, Angelita Lopes de. **Reforma agrária, cubanização/fidelização: a construção do discurso alarmista subjacente ao golpe militar de 1964**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINO, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- NETO, Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta Del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.
- PAGE, Joseph A. **The revolution that never was: Brazillian Northeast, 1955-1964**. USA: Grossman, 1972.
- PEREZ JR, Louis A. Dependency. In: HOGAN, Michael J.; PATERSON, Thomas G (Orgs.). **Explaining the history of American foreign relations**. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 99-110.
- TAFFET, Jeffrey F. **Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress**. New York: Taylor & Francis Group, 2007.

SOBRE O AUTOR

Pedro Carvalho Oliveira é doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 03/04/2019

Aceito em 29/10/2019